

EDITAL DE LICITAÇÃO
PROCESSO Nº 05/2020
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 – FUNDECAMPOS

O Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Campos Novos - FUNDECAMPOS, pessoa jurídica de direito público interno, inscrito no CNPJ sob o nº. 82.939.232/0001-74, representado neste ato pelo Subsecretário de Infraestrutura, Ingracio Alves de Carvalho, no uso de suas atribuições, comunica aos interessados que fará realizar licitação, na modalidade pregão, na forma eletrônica, com critério de julgamento menor preço por item, tendo como objeto a **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CAPA DE BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL E PASTA PERSONALIZADA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE**, nos termos da Lei nº 10.520, de 17 de julho de 2002, do Decreto nº 10.024, de 20 de setembro de 2019, do Decreto nº 7.746, de 05 de junho de 2012, do Decreto nº 7892, de 23 de janeiro e 2013, da Instrução Normativa SLTI/MP nº 01, de 19 de janeiro de 2010, da Instrução Normativa SEGES/MP nº 03, de 26 de abril, de 2018, da Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006, da Lei nº 11.488, de 15 de junho de 2007, do Decreto nº 8.538, de 06 de outubro de 2015, aplicando-se, subsidiariamente, a Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, e as exigências estabelecidas neste Edital.,

1. **LOCAL:** www.licitacoes-e.com.br - acesso identificado.

2. **REFERÊNCIA DE TEMPO**

Todas as referências de tempo no edital, no aviso e durante a sessão pública observarão obrigatoriamente o horário de Brasília/DF e, dessa forma, serão registradas no sistema eletrônico e na documentação relativa ao certame.

3. **ABERTURA DAS PROPOSTAS**

Data/hora: dia 16/09/2020 às 14h30min.

4. **INÍCIO DA SESSÃO DE DISPUTA DE PREÇOS**

Data/hora: dia 16/09/2020 às 14h30min.

5. **TÉRMINO DA SESSÃO PRINCIPAL**

05 minutos para cada item após o início da sessão de disputa.

6. **TÉRMINO DO PERÍODO ADICIONAL**

Até 30 minutos após o término da sessão principal.

7. **ÁREA RESPONSÁVEL:** Departamento de Compras e Licitações.

8. **ÁREA REQUISITANTE:** Fundo de Desenvolvimento Agropecuário de Campos Novos.

9. **ACESSO À INFORMAÇÃO**

9.1. O edital e seus anexos se encontram disponíveis no endereço eletrônico identificado no item 1 e no portal eletrônico da prefeitura municipal de Campos Novos na página <http://www.camposnovos.sc.gov.br>, podendo, também, ser requerido junto ao

departamento de compras, Rua Expedicionário, nº. 323, Campos Novos/SC, das 13h15min às 18h45min, telefone: (49) 3541-6200, e-mails: compras@camposnovos.sc.gov.br ou pregao@camposvos.sc.gov.br.

10. DO OBJETO

10.1. A presente licitação tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇO PARA AQUISIÇÃO DE CAPA DE BLOCO DE NOTAS DE PRODUTOR RURAL E PASTA PERSONALIZADA PARA SUPRIR AS NECESSIDADES DA SECRETARIA DE AGRICULTURA E MEIO AMBIENTE.**

10.2. O critério de julgamento adotado será o menor preço do item, observadas as exigências contidas neste Edital e seus Anexos quanto às especificações do objeto.

10.3. O total para aquisição deste pregão é de **R\$ 102.295,00** (*cento e dois mil duzentos e noventa e cinco reais*).

8.1. Trata-se de licitação com item exclusivo e reserva de cotas para Microempresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006), legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

11. DAS CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

11.1. Poderão participar desta Licitação:

11.2. Empresas legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto que satisfaçam as condições do presente Edital;

11.3. DA EXCLUSIVIDADE E DA RESERVA DE COTAS:

11.3.1. No item cujo valor total seja de até R\$ 80.000,00 (oitenta mil reais), poderão participar exclusivamente Microempresas, Microempreendedores Individuais e Empresas de Pequeno Porte (art. 48, inciso I, da Lei Complementar 123/2006), legalmente constituídas no ramo de atividade do objeto, que satisfaçam as condições do presente Edital;

11.3.2. O item nº 02 do presente certame será de ampla concorrência.

11.3.3. Ao item nº 02 será reservada COTA DE EXCLUSIVIDADE no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) cada, disponibilizada para fase de lances no item nº 03, de acordo com o inciso III do Art.48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

11.4. Para o item com exclusividade, em conformidade com o disposto no art. 47 da Lei Complementar Federal n. 123/2006, c/c art. 9, II do Decreto Federal n. 8.538/2015, de 6 de outubro de 2015, as empresas que possuem suas sedes administrativas localizadas na Micro Região da AMPLASC (*Campos Novos, Abdon Batista, Brunópolis, Celso Ramos, Monte Carlo, Vargem e Zortéa*), terão vantagem de 10% (*dez por cento*) sobre o melhor preço válido das demais concorrentes. A vantagem estabelecida neste certame visa propiciar o desenvolvimento econômico e social no âmbito regional, viabilizando a competição de ME's e EPP's com grandes empresas do segmento e ampliar a eficiência dos serviços públicos, atendendo ao princípio constitucional da economicidade, uma vez que para o ramo pertinente há várias empresas estabelecidas no território definido, assim agilizando por consequência a prestação dos serviços com maior rapidez e eficiência.

11.5. Não poderão participar da presente licitação:

- a) Empresas reunidas em consórcio;
- b) Empresa suspensa de contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública;
- c) Empresa declarada inidônea para licitar ou contratar junto a qualquer órgão da Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade;
- d) Concordatário (a), em processo falimentar ou recuperação judicial;
- e) Cujo objeto social não seja pertinente e compatível com o objeto desta licitação;
- f) Empresas cujo quadro societário seja composto por servidor ou dirigente órgão do Município de Campos Novos.

12. DO CREDENCIAMENTO PARA PARTICIPAR DO CERTAME

12.1. Para acesso ao sistema eletrônico, os interessados em participar do pregão deverão dispor de chave de identificação e senha pessoal e intransferível, obtidas junto às agências do banco do Brasil S.A. Sediadas no país.

12.1.1. Eventuais dúvidas para obtenção da senha deverão ser solicitadas pelo telefone 0800.785.678 (BB responde).

12.2. A chave de identificação e a senha terão validade de 01 (um) ano e poderão ser utilizadas em qualquer pregão eletrônico, salvo quando canceladas por solicitação do credenciado ou por iniciativa do banco do Brasil S.A, devidamente justificada.

12.3. As pessoas jurídicas ou empresários individuais deverão credenciar representantes, mediante a apresentação de procuração por instrumento público ou particular, com firma reconhecida, atribuindo poderes para formular lances de preços e praticar todos os demais atos e operações no “licitacoes-e”.

12.4. Em sendo sócio, proprietário, dirigente (ou assemelhado) do interessado proponente, deverá apresentar cópia do respectivo estatuto ou contrato social, no qual estejam expressos seus poderes para exercer direitos e assumir obrigações em decorrência de tal investidura.

12.5. É de exclusiva responsabilidade do usuário o sigilo da senha, bem como seu uso em qualquer transação efetuada diretamente ou por seu representante, não cabendo ao município ou ao Banco do Brasil S.A. A responsabilidade por eventuais danos decorrentes de uso indevido da senha, ainda que por terceiros.

12.6. O credenciamento do fornecedor e de seu representante legal junto ao sistema eletrônico implica a responsabilidade legal pelos atos praticados e a presunção de capacidade técnica para realização das transações inerentes ao pregão eletrônico.

12.7. Todos os representantes deverão identificar o tipo do segmento de atividade que representam.

13. DO ACESSO AO CERTAME ELETRÔNICO

13.1. A participação no certame se dará por meio da digitação da senha pessoal e intransferível do representante credenciado, e subsequente encaminhamento da proposta de preços, exclusivamente, por meio do sistema eletrônico através do site www.licitacoes.com.br, opção “acesso identificado”, observando a data e o horário limite estabelecido neste edital.

13.2. O proponente declarará no sistema, antes de registrar sua proposta, que cumpre plenamente os requisitos de habilitação e que sua proposta está em conformidade com as exigências do instrumento convocatório.

13.3. A declaração falsa relativa ao cumprimento dos requisitos de habilitação e proposta sujeitará o proponente às sanções previstas neste edital.

13.4. Caberão ao proponente acompanhar as operações no sistema eletrônico durante a sessão pública do pregão, ficando responsável pelo ônus decorrente da perda de negócios diante da inobservância de quaisquer mensagens emitidas pelo sistema ou de sua desconexão.

13.5. No caso de desconexão com o pregoeiro no decorrer da etapa competitiva do pregão, o sistema eletrônico poderá permanecer acessível aos proponentes para a recepção dos lances, retornando o pregoeiro, quando possível, sua atuação no certame, sem prejuízo dos atos realizados.

13.6. Quando a desconexão persistir por tempo superior a 10 (dez) minutos, a sessão do pregão será suspensa e terá reinício somente após comunicação expressa aos participantes.

13.7. O proponente deverá comunicar imediatamente ao Banco do Brasil (órgão provedor do sistema) qualquer acontecimento que possa comprometer o sigilo ou a inviabilidade do uso da senha, para imediato bloqueio de acesso.

13.8. A empresa vencedora da licitação deverá apresentar declaração atestando que esta não possui em quadro societário servidor público da ativa, ou empregado de empresa

pública ou de sociedade de economia mista, sendo de inteira responsabilidade do contratado a fiscalização dessa vedação (Anexo IX).

14. DA FORMA DAS PROPOSTAS DE PREÇOS

14.1. A proposta de preços escrita deverá ser apresentada, em idioma nacional, sem cotações alternativas, emendas, rasuras ou entrelinhas, devendo a última folha ser datada e assinada pelo representante legal do proponente devidamente identificado e, apresentada em uma via contendo identificação, endereço, telefone e e-mail.

14.1.1. Os proponentes deverão ofertar preços independentes para cada um dos itens, ficando a empresa desclassificada se não oferecer proposta de preço que não abranja todos os itens do lote, sob pena de desclassificação;

14.1.2. Não serão aceitas propostas sem a assinatura do representante legal do proponente devidamente identificado;

14.2. A proposta escrita deverá ser apresentada de acordo com o modelo constante do Anexo II deste edital deverá conter:

- a) A identificação do objeto ofertado, observadas as especificações constantes nos anexos do presente edital, informando as características, modelo, marca e quaisquer outros elementos referentes ao bem cotado, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente pregão foram ou não atendidas;
- b) O preço unitário e preço total deverão ser cotados em reais, com no máximo 2 (dois) algarismos decimais, e neles estarem inclusas todas e quaisquer despesas, tais como, transportes, seguros, tributos diretos e indiretos incidentes, encargos sociais, remuneração e outros pertinentes ao objeto licitado;
- c) O número do item ofertado que deverá corresponder exatamente ao item e quantidade do Anexo VI deste edital;
- d) O prazo de validade da proposta, que não poderá ser inferior a 60 (sessenta) dias, contados da data limite para apresentação das propostas neste pregão.

e) Proposta de preço total ofertada por cada licitante com o seu respectivo CNPJ, e CPF do Representante Legal, com nome do Banco, número da agência e conta corrente para serem inseridos no SICONV.

14.3. Se a adjudicação não puder ocorrer dentro do período de validade da proposta, ou seja, 60 (sessenta) dias, e caso persista o interesse do município, este poderá solicitar a prorrogação da validade da proposta por igual prazo.

15. DO ENVIO DA PROPOSTA PELO SISTEMA ELETRÔNICO

15.1. Ao enviar sua proposta pelo sistema eletrônico o proponente deverá necessariamente postar apenas o valor total licitado por item, onde deve estar incluído no preço final, o valor de todos os itens, bem como todas as despesas de transporte, entrega, troca de equipamento, e possível instalação dos itens.

15.2. O encaminhamento de proposta pressupõe o pleno conhecimento e atendimento às exigências de habilitação previstas no edital e seus anexos. O proponente será responsável por todas as transações que forem efetuadas em seu nome no sistema eletrônico, assumindo como firmes e verdadeiras suas propostas e lances.

15.3. O número do item ofertado deverá corresponder exatamente ao item do Anexo VI deste edital;

15.4. Ao apresentar sua proposta é imprescindível que o proponente registre expressamente, no campo “informações adicionais” (checar o nome do campo no sistema eletrônico) do sistema eletrônico, a MARCA, MODELO, CARACTERÍSTICAS E QUAISQUER OUTROS ELEMENTOS REFERENTES AO BEM COTADO, de forma a permitir que o pregoeiro possa facilmente constatar que as especificações no presente pregão foram ou não atendidas, de acordo com as especificações do Anexo VI deste edital.

15.5. A proposta de preço da proponente vencedora deverá ser encaminhada após o término da fase de lances, devidamente assinada.

16. DA ABERTURA DA SESSÃO ELETRÔNICA E DA FORMULAÇÃO DE LANCES

16.1. A partir do horário previsto no sistema terá início a sessão pública do pregão eletrônico, com a divulgação das propostas de preços recebidas pelo site, passando o pregoeiro a avaliar a aceitabilidade das propostas.

16.2. Aberta a etapa competitiva, os representantes dos proponentes deverão estar conectados ao sistema para participar da sessão de lances. A cada lance ofertado o participante será imediatamente informado de seu recebimento e respectivo horário de registro e valor.

16.3. Só serão aceitos lances cujos valores forem inferiores ao último lance que tenha sido anteriormente registrado no sistema.

16.4. Não serão aceitos dois ou mais lances de mesmo valor, prevalecendo aquele que for recebido e registrado em primeiro lugar.

16.5. Não serão admitidos lances que contiverem qualquer elemento que possibilite a identificação do proponente.

16.6. Durante o transcurso da sessão pública, os participantes serão informados, em tempo real, do valor do menor lance registrado. O sistema não divulgará o autor dos lances aos demais participantes.

16.7. A etapa de lances da sessão pública será encerrada mediante aviso de fechamento iminente dos lances, emitido pelo sistema eletrônico, no prazo previsto para encerramento. Após o esgotamento do prazo da sessão principal, transcorrerá período adicional de tempo, de até trinta minutos, (tempo randômico que está atrelado ao sistema) findo o qual será automaticamente encerrada a recepção de lances.

16.8. Após o encerramento do período adicional de tempo na etapa de lances, o sistema identificará a existência da situação de empate prevista no art. 44 da lei complementar nº 123/06. Nesse caso o pregoeiro convocará a microempresa ou empresa de pequeno porte que se encontra em situação de empate informando que a mesma deverá, em 5 minutos,

ofertar novo lance, inferior ao menor lance registrado. Durante o período, apenas a empresa convocada poderá registrar o novo lance como arrematante.

16.9. Não passando para a condição de arrematante a microempresa ou empresa de pequeno porte mais bem classificada, na forma do item anterior, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem nessas categorias e cujas propostas estejam dentro do limite estabelecido no art. 44 da lei complementar nº 123/06, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.

16.10. Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas Microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 5% (cinco por cento) superiores à proposta mais bem classificada.

16.11. O disposto no subitem 15.8 somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte.

17. DOS DOCUMENTOS DE HABILITAÇÃO

17.1. Os documentos de habilitação, em uma via, preferencialmente, numerados em sequência e rubricados em todas as suas páginas por representante legal do proponente ou preposto, deverão ser apresentados digitalmente;

17.2. Somente serão:

a) Aceitos cópias autenticadas ou documentos com verificação de autenticidade e publicações legíveis que ofereçam condições de análise por parte do pregoeiro;

17.2.1. Serão aceitos comprovantes de regularidade fiscal, obtidos na rede internet, desde que os mesmos contenham código de verificação de autenticidade.

17.3. Os documentos constantes neste item 16 do edital deverão ser apresentados em após o encerramento da fase de lances por meio eletrônico.

17.4. Havendo a necessidade de envio de documentos de habilitação complementares, necessários à confirmação daqueles exigidos neste Edital e já apresentados, o licitante será convocado a encaminhá-los, em formato digital, via e-mail, no prazo de 02 (duas) horas, sob pena de inabilitação.

17.5. Somente haverá a necessidade de comprovação do preenchimento de requisitos mediante apresentação dos documentos originais não-digitais quando houver dúvida em relação à integridade do documento digital.

17.6. Para habilitação na presente licitação será exigida a entrega dos seguintes documentos:

17.6.1. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO ECONÔMICO-FINANCEIRA:

17.6.1.1. Considerando a implantação do sistema E-PROC no Poder Judiciário de Santa Catarina, a partir de 1º/4/2019, as certidões dos modelos "Cível" e "Falência, Concordata e Recuperação Judicial" deverão ser emitidas pelos dois sistemas disponíveis – tanto pelo sistema E-SAJ, quanto pelo sistema E-PROC –, **caso contrário não terão validade**. Logo, os licitantes deverão apresentar:

- a) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, **emitida pelo sistema "E-SAJ"**, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação;
- b) Certidão Negativa de Pedido de Falência ou Concordata, expedida pelo distribuidor da sede da Proponente, **emitida pelo sistema "E-PROC"**, com data não superior a 60 (sessenta) dias da data limite para entrega das propostas da presente licitação;
- c) Caso na certidão conste qualquer ação judicial distribuída, deverão ser apresentados os comprovantes de quitação dos débitos ou certidão explicativa que aponte a situação da demanda judicial;

17.6.2. DOCUMENTAÇÃO DE REGULARIDADE FISCAL E TRABALHISTA:

- a) Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica CNPJ/MF;
- b) Certidão Conjunta Negativa de Débitos Relativos aos Tributos Federais e à Dívida Ativa da União;
- c) Certidão Negativa de Débitos Estadual - do domicílio ou sede da Proponente;
- d) Certidão Negativa de Débitos Municipal - do domicílio ou sede da Proponente;

- e) Certidão de regularidade relativa ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço;
- f) Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

17.6.3. DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO JURÍDICA:

- a) Registro civil (no caso de sociedade simples, acompanhada de prova da eleição da atual Diretoria), ato constitutivo, estatuto ou contrato social, em vigor e suas últimas alterações (devidamente registrados no Registro Público de Empresas Mercantis, no caso de empresa individual e sociedades empresariais e, em se tratando de sociedades por ações, acompanhadas de documentos que comprovem a eleição de seus administradores);
Obs.: Fica dispensada a apresentação deste documento no envelope de documentação caso o mesmo já tenha sido apresentado na fase de credenciamento.

17.6.4. DOCUMENTAÇÃO DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA

- a) Apresentação de atestado de capacidade técnica, expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, que comprove que o licitante forneceu, a qualquer tempo, produtos compatíveis em características e quantidades com os objetos licitados.

17.6.5. DOCUMENTAÇÃO COMPLEMENTAR

- a) Declaração da Proponente, assinada por seus representantes legais, de que não emprega pessoas com idade menor de 18 anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e pessoas menores de 16 anos de idade em qualquer trabalho, salvo na condição de aprendiz a partir de 14 anos de idade. Segue como modelo para preenchimento desta declaração o Anexo V deste edital.
- b) Declaração, assinada pelo representante legal, de que não possui em seu quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de Campos Novos, Fundos e/ou Fundações municipais;

17.6.6. As Microempresas e Empresas de Pequeno Porte também deverão apresentar, no envelope de habilitação, os documentos referentes à regularidade fiscal. Todavia, caso apresentem a documentação constante do item 16.6.2 com eventual restrição, esta poderá ser sanada no prazo de 05 (cinco) dias úteis após a lavratura da Ata, como condição para a assinatura da Ata de Registro de Preço, na forma da Lei Complementar nº 123/06.

17.6.7. A não regularização da documentação no prazo previsto acima implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no art. 81 da Lei nº 8.666/93, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do Ata de Registro de Preço, ou revogar a licitação.

17.6.8. Os documentos devem apresentar prazo de validade e deverão estar vigentes na data de sua apresentação.

17.6.9. Não constando no documento seu prazo de validade, será aceito documento emitido até 90 (noventa) dias imediatamente anteriores à data de sua apresentação;

17.6.10. Os documentos de que trata o item 16.6.2 poderão ser substituídos pelo Certificado de Registro Cadastral no Município de Campos Novos, desde que atualizado.

17.6.11. Os proponentes inscritos no cadastro geral de fornecedores do município de Campos Novos deverão apresentar Certificado de Registro Cadastral - CRC, válido na data limite fixado para a apresentação dos documentos fiscais neste pregão.

17.6.12. Os interessados inscritos no Cadastro Geral de Fornecedores do Município de Campos Novos ficam dispensados de apresentar os documentos fiscais que já tenham sido apresentados para efeito de cadastro, desde que ainda estejam em vigor.

17.6.13. É ônus do proponente a averiguação da vigência e atualidade dos documentos referidos no item anterior, de modo que a inobservância deste item implicará em sua inabilitação.

17.6.14. Sob pena de inabilitação, nos documentos a que se refere o subitem 16 e seguintes deste edital deverão constar o nome/razão social do proponente, o número do CNPJ e o respectivo endereço, observado que se o proponente for:

- a) Matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz;
- b) Filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial;

17.7. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

17.8. Se o licitante for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o licitante for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto aqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

17.8.1. Serão aceitos registros de CNPJ de licitante matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

17.8.2. O proponente poderá apresentar os comprovantes de regularidade relativa à seguridade social (INSS) e ao fundo de garantia por tempo de serviço (FGTS), centralizados junto à matriz, desde que junte comprovante da centralização do recolhimento das contribuições e apresente certidão em que conste o CNPJ da entidade centralizadora.

18. JULGAMENTO DAS PROPOSTAS E HABILITAÇÃO

18.1. O pregoeiro efetuará o julgamento das propostas pelo critério de menor preço por item.

18.2. Encerrada a etapa de lances, o pregoeiro poderá encaminhar, pelo sistema eletrônico contraproposta diretamente ao proponente que tenha apresentado o lance mais vantajoso, para que seja obtido preço melhor, observando o critério de julgamento, nos termos do art. 24 § 8º do decreto federal nº 5450/2005, bem como decidir sobre sua aceitação, observados prazos para fornecimento, especificações técnicas e demais condições definidas neste edital, e verificará a habilitação do proponente.

18.3. Encerrada a etapa de lances da sessão pública e após solicitação do pregoeiro no sistema eletrônico, o proponente classificado em primeiro lugar deverá:

a) Encaminhar a proposta de preços e os documentos relativos a habilitação, bem como a declaração de inexistência de fato superveniente impeditivo de habilitação na forma do § 2º, do art. 32 da lei 8.666/93, conforme Anexo IV, no prazo de até 02 (duas)

horas, via eletrônica, para o e-mail: compras@camposnovos.sc.gov.br, contadas a partir da solicitação emitida pelo pregoeiro via chat;

18.4. O não envio dos documentos solicitados pelo pregoeiro no prazo estabelecido, conforme o item 17.3 "a", será considerado como desistência do lance ofertado, sujeitando-se o licitante desistente às penalidades constantes neste edital.

18.5. Se a proposta não atender às especificações técnicas, e às condições mínimas de habilitação, o pregoeiro examinará a proposta subsequente, verificando a sua aceitabilidade e procedendo à sua habilitação, na ordem de classificação, e assim sucessivamente, até a apuração de uma proposta que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente declarado vencedor.

18.6. Serão desclassificadas as propostas:

- a) Que não atenderem às especificações do objeto desta licitação;
- b) Que forem omissas ou se apresentarem incompletas ou não informar as características do bem cotado, impedindo sua identificação com o item licitado;
- c) Que conflitem com a legislação em vigor;
- d) Que deixarem de atender aos requisitos estabelecidos no item proposta de preços deste edital;
- e) Com valores unitários ou globais superiores ao limite estabelecido ou com preços manifestamente inexequíveis, assim considerados aqueles que não venham a ter demonstrado sua viabilidade através de documentação que comprove que os custos dos insumos são coerentes com os de mercado e que os coeficientes de produtividade são compatíveis com a execução do objeto.

18.7. Havendo divergência entre o valor unitário e total, prevalecerá o valor unitário.

18.8. Serão desconsideradas as propostas que apresentarem alternativas de preços ou qualquer outra condição não prevista neste edital.

18.9. Se o proponente vencedor, convocado dentro do prazo de validade da sua proposta, não apresentar situação regular, estará sujeito às penalidades previstas neste edital. Neste caso, o pregoeiro examinará as ofertas subsequentes, e a habilitação dos

proponentes, observada a ordem de classificação, até a apuração de uma que atenda ao edital, sendo o respectivo proponente convocado para negociar redução do preço ofertado.

18.10. Decorrido o prazo de validade das propostas, sem convocação para a contratação, ficam os proponentes liberados dos compromissos assumidos.

18.11. No julgamento das propostas e na fase de habilitação o pregoeiro poderá sanar erros ou falhas que não alterem a substância das propostas e dos documentos e a sua validade jurídica, mediante despacho fundamentado, registrado em ata e acessível a todos, atribuindo-lhes validade e eficácia para fins de classificação e habilitação.

18. ADJUDICAÇÃO E HOMOLOGAÇÃO

18.1. Caberá ao pregoeiro deliberar sobre a adjudicação do objeto ao vencedor do pregão, quando não houver recursos.

18.2. Quando houver recursos, a adjudicação do objeto ao vencedor do pregão será realizada pela autoridade competente.

18.3. A homologação será realizada pela autoridade competente.

19. DA FORMAÇÃO DO CADASTRO DE RESERVA

19.1. Após o encerramento da etapa competitiva, os licitantes poderão reduzir seus preços ao valor da proposta do licitante mais bem classificado

19.2. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

19.3. A apresentação de novas propostas na forma deste item não prejudicará o resultado do certame em relação ao licitante melhor classificado.

19.4. Havendo um ou mais licitantes que aceitem cotar suas propostas em valor igual ao do licitante vencedor, estes serão classificados segundo a ordem da última proposta individual apresentada durante a fase competitiva.

19.5. Esta ordem de classificação dos licitantes registrados deverá ser respeitada nas contratações e somente será utilizada acaso o melhor colocado no certame não assine a ata ou tenha seu registro cancelado nas hipóteses previstas nos artigos 20 e 21 do Decreto nº 7.892/213.

20. DAS IMPUGNAÇÕES E DOS RECURSOS ADMINISTRATIVOS

20.1. Qualquer pessoa poderá, no prazo de até 2 (dois) dias úteis da data fixada para a realização da sessão pública impugnar o edital do pregão.

20.2. As impugnações poderão ser protocolizadas através do e-mail compras@camposnovos.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado ou com assinatura digital certificada pelo ICP – Brasil, acompanhado da procuração respectiva.

20.3. Não serão conhecidas as impugnações e os recursos apresentados fora do prazo legal e/ou subscritos por representante não habilitado legalmente ou não identificado no processo para responder pelo proponente.

20.4. Caberá a autoridade superior, auxiliado pelo setor responsável pela elaboração do edital, decidir sobre as eventuais impugnações.

20.5. Acolhida a impugnação contra o presente edital, será designada nova data para a realização do certame, exceto quando a alteração não afetar a formulação das propostas.

20.6. Os pedidos de esclarecimentos referentes ao processo licitatório deverão ser enviados ao pregoeiro, exclusivamente por meio eletrônico, via internet, no seguinte endereço compras@camposnovos.sc.gov.br.

20.7. As respostas às impugnações e aos esclarecimentos solicitados serão disponibilizadas para conhecimento dos interessados e da sociedade em geral.

21. DO RECURSO

21.1. Após o encerramento da disputa de preços, será estabelecido pelo pregoeiro a data e hora em que será declarado o vencedor, sendo que nesta oportunidade a intenção de recorrer deverá ser manifestada pelo proponente interessado por intermédio do sistema eletrônico, na própria sessão, onde deverão ser expostos os motivos do inconformismo, no prazo de até 24 (vinte quatro) horas imediatamente posteriores ao ato da declaração do vencedor, que será realizado em sessão pública, quando será concedido o prazo de três dias para apresentação das razões de recurso, ficando os demais proponentes, desde logo, intimados para apresentar contrarrazões em igual número de dias, que começarão a correr do término do prazo do recorrente, sendo-lhes assegurado vista imediata dos autos.

21.2. As razões de recursos poderão ser protocolizadas através do e-mail compras@camposnovos.sc.gov.br, em documento digitalizado (PDF, JPG) devidamente assinado ou com assinatura digital certificada pelo ICP – Brasília, até as 14h30min do dia do vencimento do prazo, acompanhado da procuração respectiva.

21.3. O proponente desclassificado antes da fase de disputa também poderá manifestar sua intenção de interpor recurso na forma dos subitens 20.1 e 20.2.

21.4. A falta de manifestação, **IMEDIATA E MOTIVADA**, importará a decadência do direito de recurso, e não será admitida inovação na motivação dos recursos propostos.

21.5. O pregoeiro fará juízo de admissibilidade da intenção de recorrer manifestada, aceitando-a ou, motivadamente, rejeitando-a, inclusive quando a pretensão for meramente protelatória.

21.6. Os recursos contra decisões do pregoeiro não terão efeito suspensivo.

22. DO PAGAMENTO

22.1. O pagamento será efetivado de acordo com a(s) proposta(s) de preços apresentada(s) pelo(s) vencedor(s) neste pregão, observado o que consta neste edital e seus anexos.

22.2. Em operações em que seja incidente o imposto sobre circulação de mercadorias e serviços – ICMS, fica o contratado obrigado a emitir nota fiscal eletrônica – NF-E, modelo 55, em substituição à nota fiscal (física), modelo 1 ou 1-, conforme determina a cláusula segunda do protocolo ICMS 42, de 03 de julho de 2009.

22.3. O pagamento será efetuado através de depósito bancário na conta corrente da licitante em até 30 (trinta) dias após a entrega do objeto acompanhado de NF-e.

23. DA AMOSTRA DO OBJETO

23.1. A(s) licitante(s) vencedora(s) deverá(ão) apresentar amostra dos itens num prazo de 03 (três) dias úteis após a sessão do pregão;

23.2. As amostras deverão ser apresentadas conforme o modelo licitado.

23.3. Após a análise das amostras será emitido ofício de aprovação/reprovação das amostras.

23.3.1. Caso a empresa deixe de apresentar as amostras no prazo estipulado ou em caso de reprovação, a empresa será desclassificada, e será convocada para o mesmo procedimento a empresa subsequente na ordem de classificação, até que se obtenha a amostra classificada;

23.4. As amostras deverão ser entregues na Secretaria de Agricultura e Meio Ambiente do Município de Campos Novos.

24. DO PRAZO E DO LOCAL DE ENTREGA DO OBJETO

24.1. O objeto licitado deverá ser entregue pelo fornecedor no prazo de até 10 (dez) dias após solicitação efetuada pela área requisitante.

24.2. Todas as despesas decorrentes do transporte, entrega do objeto, troca de produtos, correrão por conta do vencedor da licitação.

24.3. A(s) licitante(s) deverá(ão) aguardar a **autorização** por escrito da área requisitante, para então providenciar a entrega do objeto.

24.4. O prazo para entrega será contado a partir desta autorização.

24.5. A entrega deverá ser efetuada nos locais indicados pela área requisitante.

24.6. O ato da entrega não importa aceitação do objeto.

25. DAS SANÇÕES

25.1. As sanções e penalidades que poderão ser aplicadas ao proponente/contratado são as previstas na Lei nº 10.520/02, no Decreto Municipal nº 6.549/12, neste pregão e na Ata de Registro de Preço.

25.2. Penalidades que poderão ser cominadas aos proponentes/contratados, garantida a prévia defesa no prazo de 05 (cinco) dias úteis:

a) Multa, que será deduzida dos respectivos créditos, ou cobrados administrativamente ou judicialmente, correspondente a:

1º) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, no caso de desistência de proposta ou deixar de entregar ou apresentar documentação falsa exigida para o certame, não celebrar Ata de Registro de Preço;

2º) 0,2% (zero vírgula dois por cento) do valor da proposta por dia que exceder ao prazo para entrega do objeto, até o limite de 15% (quinze por cento);

3º) 15% (quinze por cento) do valor da proposta, pela inexecução contratual, por parte do proponente vencedor, sem prejuízo da apuração e reparação do dano que a exceder; impedimento de licitar e contratar com o município de campos novos, administração direta e indireta, nas hipóteses abaixo e o descredenciamento do cadastro central de fornecedores do município de campos novos e do SICAF, pelo prazo de até 05 (cinco) anos, sem prejuízo das demais cominações legais e contratuais, de acordo com o art. 7º, da lei federal nº 10.520, de 17 de julho de 2002:

a. Recusar-se a retirar a autorização de fornecimento ou assinar a Ata de Registro de Preço, quando convocado dentro do prazo de validade da proposta;

b. Deixar de apresentar os documentos discriminados no edital, tendo declarado que cumpria os requisitos de habilitação;

- c. Apresentar documentação falsa para participar no certame, conforme registrado em ata, ou demonstrado em procedimento administrativo, mesmo que posterior ao encerramento do certame;
- d. Retardar a execução do certame por conduta reprovável do proponente, registrada em ata;
- e. Não manter a proposta;
- f. Desistir de lance realizado na fase de competição;
- g. Comportar-se de modo inidôneo durante a realização do certame, registrado em ata;
- h. Cometer fraude fiscal demonstrada durante ou após a realização do certame;
- i. Fraudar a execução do Ata de Registro de Preço;
- j. Descumprir as obrigações decorrentes da Ata de Registro de Preço.

25.3. As multas deverão ser pagas num prazo de 15 (quinze) dias ou poderão ser descontadas do pagamento que o proponente/contratado tiver direito ou ainda ser cobradas judicialmente após 30 (trinta) dias da notificação.

25.4. Nas penalidades previstas neste edital, a administração considerará, motivadamente, a gravidade da falta, seus efeitos, bem como os antecedentes do proponente ou contratado, graduando-as e podendo deixar de aplicá-las, se admitidas as justificativas do proponente ou contratado, nos termos do art. 7º, da Lei nº. 10.520/02.

25.5. As penalidades aplicadas serão registradas no cadastro do proponente/contratado.

26. Nenhum pagamento será realizado ao proponente/contratado enquanto pendente de liquidação qualquer obrigação financeira que lhe for imposta em virtude de penalidade ou inadimplência contratual.

27. DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

27.1. Homologado o resultado da licitação, terá o adjudicatário o prazo de 03 (três) dias, contados a partir da data de sua convocação, para assinar a Ata de Registro de Preços, cujo prazo de validade encontra-se nela fixado, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas neste Edital.

27.2. Alternativamente à convocação para comparecer perante o órgão ou entidade para a assinatura da Ata de Registro de Preços, a Administração poderá encaminhá-la para assinatura, mediante correspondência postal com aviso de recebimento (AR) ou meio eletrônico, para que seja assinada e devolvida no prazo de 03 (três) dias, a contar da data de seu recebimento.

27.3. O prazo estabelecido no subitem anterior para assinatura da Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, quando solicitado pelo(s) licitante(s) vencedor(s), durante o seu transcurso, e desde que devidamente aceito.

27.4. Serão formalizadas tantas Atas de Registro de Preços quanto necessárias para o registro de todos os itens constantes no Anexo VI, com a indicação do licitante vencedor, a descrição do item, as respectivas quantidades, preços registrados e demais condições.

27.4.1. Será incluído na ata, sob a forma de anexo, o registro dos licitantes que aceitarem cotar os bens ou serviços com preços iguais aos do licitante vencedor na sequência da classificação do certame, excluído o percentual referente à margem de preferência, quando o objeto não atender aos requisitos previstos no art. 3º da Lei nº 8.666, de 1993;

28. DA VIGÊNCIA

28.1. A vigência do Ata de Registro de Preço a ser firmado com a Proponente vencedora será 12 (doze) meses.

29. DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

29.1. Informações e esclarecimentos sobre a presente licitação poderão ser solicitadas no Departamento de Compras, de segunda a sexta-feira, durante o horário de expediente, das 13h15min às 18h45min, ou pelo telefone nº (49)3541-6200 ou por e-mail, compras@camposnovos.sc.gov.br, e o edital e seus anexos ficarão disponíveis para todos os interessados nos endereços eletrônicos www.camposnovos.sc.gov.br, e www.licitacoes-e.com.br;

29.2. É facultado ao pregoeiro ou à Autoridade Superior, em qualquer fase desta licitação, promover diligência destinada a esclarecer ou complementar a instrução do processo.

29.3. As normas disciplinadoras da licitação serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os participantes, desde que não comprometam o interesse da administração, a finalidade e a segurança da contratação.

29.4. O proponente que vier a ser contratado ficará obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões sobre o valor inicial da Ata de Registro de Preço que se fizerem necessários, por conveniência do contratante, dentro do limite permitido pelo artigo 65, § 1º, da lei nº 8.666/93.

29.5. Não será permitida a subcontratação do objeto deste edital.

29.6. O Município de Campos Novos poderá revogar o presente pregão por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar o ato, ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

29.7. O presente edital e seus anexos poderão ser alterados pela administração antes de aberta a licitação, no interesse público, por sua iniciativa ou decorrente de provocação de

terceiros, atendido o que estabelece o art. 21, § 4º, da lei nº 8.666/93, bem como adiar ou prorrogar o prazo para recebimento e/ou a abertura das propostas e documentos de habilitação.

29.8. O município não se responsabiliza pelo conteúdo e autenticidade de cópias deste pregão, senão aquelas que estiverem rubricadas pela autoridade competente, ou sua cópia fiel.

29.9. Ficam vinculados a este edital e seus anexos as propostas de preços e demais documentos constantes dos presentes autos, dele não podendo se afastar durante a sua vigência;

29.10. Serão aplicadas, em caso de vício ou defeito, além da lei de licitações, as disposições contidas no código de defesa do consumidor – lei nº 8.078/90, inclusive no que concerne a garantia, prazo para atendimento da assistência técnica e demais normas disciplinadoras da matéria.

29.11. Nenhuma indenização será devida aos proponentes pela elaboração ou pela apresentação de documentação referente ao presente edital;

29.12. A participação na presente licitação implicará na aceitação integral e irrevogável dos termos deste edital, seus anexos, bem como a observância dos regulamentos administrativos;

29.13. O contratado deverá permitir o livre acesso dos servidores dos órgãos ou entidades públicas concedentes, bem como dos órgãos de controle, aos documentos e registros contábeis da empresa.

29.14. São partes integrantes deste Edital os seguintes ANEXOS:

ANEXO I – Procuração;

ANEXO II – Proposta de Preços;

ANEXO III – Dados Bancários e Dados do Representante Legal;

ANEXO IV – Declaração de Cumprimento Pleno aos Requisitos de Habilitação;

ANEXO V – Declaração do Menor;

ANEXO VI – Descrição dos itens, estimativa de consumo e preço máximo;



MUNICÍPIO DE
CAMPOS NOVOS
Rua Expedicionário João Batista de Almeida, 323
Centro - 89620.000 - Santa Catarina

- ANEXO VII – Modelo de Declaração de Enquadramento (ME e EPP);
- ANEXO VIII – Modelo de Declaração de Enquadramento (MEI);
- ANEXO IX – Declaração de inexistência de servidor público no quadro societário;
- ANEXO X – Dos Modelos;

Campos Novos, 03 de setembro de 2020.

INGRACIO ALVES DE CARVALHO
SUBSECRETÁRIO DE INFRAESTRUTURA

ANEXO I
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS
PROCURAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL, CNPJ, ENDEREÇO COMPLETO>, por meio de <NOME COMPLETO DO REPRESENTANTE LEGAL, RG, CPF E QUALIFICAÇÃO NA EMPRESA>, constitui como suficiente PROCURADOR o Sr. <NOME COMPLETO, RG, CPF>, outorgando-lhe poderes gerais para representar a referida empresa na Licitação <MODALIDADE, NÚMERO/ANO>, outorgando ainda poderes específicos para efetuar lances, interpor recursos, assinar contratos e praticar todos os demais atos necessários a este procedimento licitatório.

<Cidade/Estado>, <Dia> de <Mês> de 2019.

<nome completo do representante legal
e qualificação na empresa>

OBS: *Com assinatura do Outorgante reconhecida em Cartório.*

ANEXO II
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS
PROPOSTA DE PREÇOS

1. IDENTIFICAÇÃO DA EMPRESA:

Razão Social: _____
Nome Fantasia _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Município: _____
Estado: _____ CEP: _____
Fone: _____
E-mail: _____
Inscrição Estadual: _____
Inscrição Municipal _____

2. CONDIÇÕES DA PROPOSTA:

ITEM	Descrição	Quantidade	Unidade	Marca	Preço Unitário	Preço total
01	xxxxxxxxxxxxxx	xx	xxx	xxxx	xxxxxxx	xxxxxx

Prazo de validade da proposta: 60 dias

Prazo de entrega: _____

3. DECLARAÇÃO:

Declaramos, para os devidos fins, que nesta proposta estão inclusos todos os custos, impostos, taxas, fretes, seguros e encargos sociais e trabalhistas.

Assinatura do Representante da legal da empresa
(Carimbo da empresa – com CNPJ)

ANEXO III

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS DADOS BANCÁRIOS E DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL.

1. DADOS BANCÁRIOS:

NOME DO BANCO (PREFERENCIALMENTE BANCO DO BRASIL):
CIDADE:
Nº. DA AGÊNCIA:
Nº DA CONTA CORRENTE DA EMPRESA:

2. DADOS DO REPRESENTANTE LEGAL

NOME COMPLETO:
CARGO OU FUNÇÃO:
IDENTIDADE Nº. :
CPF/MF Nº.:

ANEXO IV
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS
DECLARAÇÃO DE CUMPRIMENTO PLENO DOS REQUISITOS DE
HABILITAÇÃO

<RAZÃO SOCIAL DA EMPRESA>, CNPJ nº <NÚMERO CNPJ>, sediada em <ENDEREÇO COMERCIAL>, declara, sob as penas da Lei nº 10.520, de 17/07/2002, que cumpre plenamente os requisitos para sua habilitação no presente processo licitatório.

OBS – Se for Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte – EPP com problemas na habilitação, fazer constar tal ressalva.

Campos Novos - SC, <DIA> de <MÊS> de 2019.

Assinatura do representante legal da empresa

Carimbo da empresa

Carimbo do CNPJ:

ANEXO V
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS
DECLARAÇÃO DO MENOR

Declaro que a empresa _____
inscrita
no CNPJ nº _____, por intermédio de seu
representante legal Sr. (a) _____
portador(a) da Carteira de Identidade nº _____ CPF nº _____ DECLARA,
para fins do disposto no inciso V, do art. 27, da Lei 8.666/93, acrescido pela Lei 9.854,
de 27 de outubro de 1999, que não emprega menor de 18 (dezoito) anos em trabalho
noturno, perigoso ou insalubre e não emprega menor de 16 (dezesesseis) anos.

() Ressalva: emprega menor, a partir de 14 (catorze) anos, na condição de aprendiz.

Campos Novos _____ de _____ de 2019.

Representante Legal

(Observação: em caso afirmativo, assinalar a ressalva acima)

ANEXO VI
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS
DESCRIÇÃO DOS ITENS QUANTIDADES E PREÇOS

ITEM	DESCRIPTIVO	QNT.	VL. UNIT.	VL. TOTAL
01	CAPA DE BLOCO DE PRODUTOR RURAL-IMPRESSÃO 4X1 CORES, PAPEL TRIPLEX 270 GR, PLASTIFICADO, FORMATO 210x275MM (22- 01-3030)	20.000 UNI.	R\$ 0,53	R\$ 10.600,00
02	PASTA SIMPLES CONFECCIONADA EM POLIÉSTER 600, FECHAMANTO COM ZIPER SEIS, TAMANHO 29X10X38. COR AZUL ROYAL. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO; LOGO DA BANDEIRA DO MUNICIPIO E IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA/ MUNICIPIO (23-03-0006)	1.275 UNI.	R\$ 61,13	R\$ 77.940,75
03	PASTA SIMPLES CONFECCIONADA EM POLIÉSTER 600, FECHAMANTO COM ZIPER SEIS, TAMANHO 29X10X38. COR AZUL ROYAL. IMPRESSÃO FRENTE E VERSO; LOGO DA BANDEIRA DO MUNICIPIO E IDENTIFICAÇÃO DA SECRETARIA/ MUNICIPIO (23-03-0006)	225 UNI.	R\$ 61,13	R\$ 13.754,25
VALOR TOTAL		R\$ 102.295,00 (<i>cento e dois mil duzentos e noventa e cinco reais</i>)		

Observações:

- O item nº 02 do presente certame será de ampla concorrência.
- Ao item nº 02 será reservada COTA DE EXCLUSIVIDADE no valor de até 25% (vinte e cinco por cento) cada, disponibilizada para fase de lances no item nº 03, de acordo com o inciso III do Art.48 da Lei Complementar nº 123 de 14 de dezembro de 2006 e Lei Complementar nº 147 de 07 de agosto de 2014.

ANEXO VII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI
COMPLEMENTAR Nº. 123/06

(Obrigatória para Microempresas ou Empresas de Pequeno Porte)

A empresa [*nome/Razão social*], inscrita no CNPJ sob o n.º [*xxxx*], localizada [*rua, cidade, Estado*], neste ato representada pelo [*cargo*] [*nome do representante legal*], portador da Carteira de Identidade n.º [*xxxx*], inscrito no CPF sob o n.º [*xxxx*], DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como [*Microempresa ou Empresa de Pequeno Porte*], nos termos do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades deste ser:

() MICROEMPRESA – Receita bruta anual igual ou inferior a R\$ 360.000,00 e estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

() EMPRESA DE PEQUENO PORTE – Receita bruta anual superior a R\$ 360.000,00 e igual ou inferior a R\$ 3.600.000,00, estando apta a fruir os benefícios e vantagens legalmente instituídas por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123/06.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

Observações:

- Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como ME ou EPP, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006;
- A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como ME ou EPP, nos termos da LC n.º 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

ANEXO VIII
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS
MODELO DE DECLARAÇÃO DE ENQUADRAMENTO NA LEI
COMPLEMENTAR Nº. 123/06

(Obrigatória para MEI – Microempreendedores Individuais)

A empresa [nome/Razão social], inscrita no CNPJ sob o n.º [xxxx], localizada [rua, cidade, Estado], neste ato representada pelo [cargo] [nome do representante legal], portador da Carteira de Identidade n.º [xxxx], inscrito no CPF sob o n.º [xxxx], DECLARA, sob as penalidades da lei, que se enquadra como Microempreendedor Individual, nos termos do art. 18-A, § 1º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006, estando apta a usufruir dos benefícios e vantagens legalmente instituídas pela referida lei, por não se enquadrar em nenhuma das vedações legais impostas pelo § 4º do art. 3º da Lei Complementar n.º 123 de 14 de dezembro de 2006.

Declaro, para fins da LC 123/2006 e suas alterações, sob as penalidades disto, ser:

MICROEMPREENDEDOR INDIVIDUAL – Empresário individual que se enquadra na definição do art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, ou o empreendedor que exerça as atividades de industrialização, comercialização e prestação de serviços no âmbito rural, que tenha auferido receita bruta, no ano-calendário anterior, de até R\$ 81.000,00 (oitenta e um mil reais), que seja optante pelo Simples Nacional e que não esteja impedido de optar pela sistemática prevista neste artigo.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

Observações: Esta declaração poderá ser preenchida somente pela licitante enquadrada como MEI, nos termos da LC 123, de 14 de dezembro de 2006. A não apresentação desta declaração será interpretada como não enquadramento da licitante como MEI, nos termos da LC nº 123/2006, ou a opção pela não utilização do direito de tratamento diferenciado.

ANEXO IX

PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS MODELO DE DECLARAÇÃO DE INEXISTÊNCIA DE SERVIDOR PÚBLICO MUNICIPAL NO QUADRO SOCIETÁRIO

A Empresa (inserir razão social), inscrita no CNPJ nº (inserir número) por intermédio de seu representante legal o (a) Sr. (a) (inserir nome), portador (a) da Carteira de Identidade nº (inserir número e órgão emissor) e do CPF nº (inserir número), DECLARA que não possui em seu quadro societário servidor público ou dirigente do poder executivo do Município de Campos Novos, Fundos e/ou Fundações municipais, servidor público da ativa, ou empregado de empresa pública ou de sociedade de economia mista.

Local e Data

Nome e Assinatura do Representante Legal

ANEXO X
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 03/2020 - FUNDECAMPOS
DOS MODELOS

ITEM 01:

FRENTE



VERSO

AMIGO PRODUTOR
NÃO VENDA, NÃO COMPRE E NEM TRASFIRA PRODUTOS SEM EMITIR NOTA
FISCAL DE PRODUTOR; SEM O VALOR REAL DA OPERAÇÃO

ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO ESTADO E DA FAZENDA

EMITENTE:					NÚMERO					
NOME DO PRODUTOR:					MOD. 4 - SÉRIE 08					
DENOMINAÇÃO DA PROPRIEDADE:					<input type="checkbox"/> SAÍDA <input type="checkbox"/> ENTRADA					
LOCALIZAÇÃO:					CNPJ - CPF					
MUNICÍPIO:					INSCRIÇÃO ESTADUAL					
FONE:					DATA LIMITE PARA EMISSÃO					
UF:										
CEP:										
NATUREZA DA OPERAÇÃO										
DESTINATÁRIO										
NOME RAZÃO SOCIAL					CNPJ - CPF					
ENDEREÇO					DATA DA EMISSÃO					
MUNICÍPIO					DATA SAÍDA - ENTRADA					
UF					HORA SAÍDA					
INSCRIÇÃO ESTADUAL										
DADOS DO PRODUTO										
DADOS DOS PRODUTOS				UNIDADE	QUANT.	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL	ALIQ. ICMS		
CÁLCULO DO IMPÓSTO										
GUIA DE RECOLHIMENTO (Nº AUTENTICAÇÃO E DATA)		BASE DE CÁLCULO DO ICMS		VALOR DO ICMS		VALOR TOTAL DOS PRODUTOS		VALOR TOTAL DA NOTA		
		VALOR DO FRETE		VALOR DO SEGURO		OUTRAS DESPESAS ACESSÓRIAS				
TRANSPORTADOR - VOLUMES TRANSPORTADOS										
NOME RAZÃO SOCIAL				FRETE POR CONTA <input type="checkbox"/> DEVEDOR <input type="checkbox"/> CREDITADOR	PLACA DO VEÍCULO	UF	CNPJ - CPF			
ENDEREÇO				MUNICÍPIO						
				UF						
QUANTIDADE	ESPECIE	MARCA	NÚMERO	PESO BRUTO	PESO LÍQUIDO					
DADOS ADICIONAIS										
RECEBEMOS DE							OS OUTROS PRODUTOS CONSTANTES DA NOTA FISCAL INDICADA AO LADO		NOTA FISCAL DE PRODUTOR Nº	
DATA DE NASCIMENTO							IDENTIFICAÇÃO E ASSINATURA DO RECEBEDOR		MOD. 4 - SÉRIE 08	

**ESTADO DE SANTA CATARINA
SECRETARIA DO ESTADO E DA FAZENDA**

O PROGRESSO DE NOSSO MUNICÍPIO DEPENDE DE NÓS MESMOS, PORTANTO, EMITA NOTA FISCAL DE OS SEUS PRODUTOS, BEM COMO EXIJA A NOTA FISCAL DE TODOS OS PRODUTOS QUE FOR COMPRAR.

É COM BASE NESTE MOVIMENTO QUE SERÁ DETERMINADO O MOVIMENTO ECONÓMICO E O RETORNO DE ICMS, FONTE DE RENDA DO SEU MUNICÍPIO.

A NOTA DE PRODUTOR É O COMPROVANTE QUE VOCÊ É UM AGRICULTOR; É EXIGIDO PELO INSS PARA COMPROVAÇÃO QUANDO DA SOLICITAÇÃO DE BENEFÍCIO TAIS COMO: AUXÍLIO NATALIDADE, ACIDENTE, ENFERMIDADE E APOSENTADORIA, NÃO SE ARREPENDA MAIS TARDE, EMITA A NOTA DE PRODUTOR

AMIGO AGRICULTOR: TODO TRABALHADOR TEM DIREITOS; A PARTIR DE 16 ANOS DEVE TER SUA INSCRIÇÃO DE PRODUTOR RURAL.

CONTATO: 49 3544 2972
E-MAIL: BLOCOSDEPRODUTOR@YAHOO.COM.BR

ITEM 02:



Observação: As imagens são meramente ilustrativas.

As confecções dos itens licitados deverão seguir fielmente os descritivos do Anexo VI.